

ESTRATÉGIAS E INOVAÇÃO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM ERECHIM, RS.

**LUÍS HENRIQUE DAL MOLIN¹; CLÁUDIO BECKER²; JÉSSICA GONSALEZ CRUZ³;
GERMANO EHLERT POLLNOW⁴; CRISTINE DA FONSECA⁵; FLÁVIO SACCO DOS
ANJOS⁶.**

¹Graduando em Agronomia, FAEM-UFPeL, luisdalmolin@gmail.com;

²Doutorando SPAF-UFPeL, cldbecker@gmail.com;

³Graduanda em Agronomia FAEM-UFPeL, jessica.gonzalez@hotmail.com

⁴Graduando em Agronomia, FAEM-UFPeL, germanogp13@gmail.com

⁵Graduanda em Agronomia FAEM-UFPeL, cristinefonseca@hotmail.com

⁶Professor do DCSA-FAEM-UFPeL, saccodosanjos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, em 1955, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vem sofrendo diversos aprimoramentos em seu funcionamento, no afã de garantir uma alimentação apropriada e saudável aos alunos da rede pública de ensino, sobretudo mais recentemente, em consonância com a ênfase na questão da segurança alimentar e nutricional (BELIK et al, 2004).

Uma significativa modificação atribuída ao aspecto legal referente à política da alimentação escolar foi, sem dúvida, o incentivo às unidades executoras do programa a adquirirem produtos diretamente da Agricultura Familiar, priorizando a compra alimentos de assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e quilombolas, possibilitando a esses segmentos sociais a inserção em um novo mercado e, permitindo, com isso, um incremento significativo na renda familiar (TURPIN, 2009).

Deste modo, o PNAE além de preconizar que a alimentação dos alunos nas escolas aconteça de forma saudável, visa também garantir espaço para comercialização de produtos pela agricultura familiar, constituindo assim, uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento e valorização deste segmento social. (ALTEMBURG et al., 2013).

Todavia, a efetivação destas proposições na realidade concreta nem sempre é observada em face das dificuldades operacionais. Nesse sentido, realizamos um estudo de caso em Erechim, que foi o primeiro município do país a cumprir a legislação que determina que no mínimo 30% dos recursos recebidos através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Lei 11.947/09) sejam obrigatoriamente destinados à aquisição dos produtos da agricultura familiar local. Atualmente, Erechim adquire a totalidade dos gêneros alimentícios para o Programa dos agricultores familiares. Entrementes, caberia questionar: quais os principais fatores que contribuíram para a implementação imediata das aquisições locais de alimentos destinados aos escolares? Quais estratégias que os gestores e lideranças do município lançaram mão para viabilizar essa modalidade de abastecimento agroalimentar?

As respostas a essas e outras questões trazem-nos elementos essenciais à compreensão da realidade desta e de outras regiões, contribuindo para a superação de alguns obstáculos, que por ora, engessam o funcionamento do PNAE. Desta forma, o objetivo do presente trabalho é avaliar os principais processos sociais que conformaram a implementação do PNAE no município estudado.

2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR-UFPel), no segundo semestre de 2012, tendo como universo empírico o município de Erechim, RS.

Os dados foram coletados por meio da realização de dezoito entrevistas em profundidade realizadas com diversos atores sociais diretamente implicados nos processos que afetam à dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar naquele município. As informações conformaram um banco de dados, sob a qual foi empreendida uma “análise de conteúdo” (BARDIN, 2011), através da qual extraímos os principais resultados apresentados na sequência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente é fundamental destacar um dos pontos cruciais, que de certa forma impulsionaram o Programa Nacional da Alimentação Escolar no município estudado. Referimo-nos a uma tentativa precedente de fornecimento direto de alimentos pelos agricultores locais para suprir a merenda escolar, a qual, todavia, não obteve sucesso. Essa experiência serviu como aprendizado e foi essencial na superação dos obstáculos detectados anteriormente, conforme se pode observar no relato que segue:

Na verdade a gente tinha essa vontade quando nós assumimos o governo. Mas eu lembro que uma vez eu conversei com a [nome do gestor municipal], isso já havia sido experimentado antes, mas não suportou por que não tinha organização de entrega. A entrega que os agricultores faziam eles não suportam o custo, então com uma organização em conjunto da nossa secretaria e da agricultura, se construiu, na época foi através da cooperativa nossa terra, a centralização da entrega dos produtos para distribuição nas escolas. (E1, Erechim, Outubro de 2012).

A institucionalidade e a organicidade foram dois dos principais componentes para implementação do PNAE, pelos quais e, através de um processo de concertação social, foram fundamentais para o funcionamento do programa. Isso fica evidente na fala de nosso entrevistado:

Então, teve essa organização, desse grupo e com essa organização foi começando a se dar os primeiros passos. Primeiro foi reunir esse grupo para discutir. Reunindo esse grupo, se achou que tinha que ter o principal, a agroindústria, para saber o que eles têm o que eles produzem, para ver se eles tinham interesse em vender, se eles tinham produção suficiente, o que tinha, o que produzia. E aí foi a surpresa, sabe, porque a nutricionista que era a responsável na época, e ainda está - mas agora tem uma pessoa nova - ela não imaginava que a agricultura familiar da região tinha tanto produto para oferecer, como realmente, tinha e tem uma variedade imensa, tanto que assim, pra ela, por exemplo, pão não tinha na agricultura, não se produz. Cucas? Isso não se produz. Então, as próprias agroindústrias começaram a produzir produtos da necessidade da alimentação, da merenda escolar (E1, Erechim, outubro de 2012).

Essa dinâmica propiciou a composição de um cardápio bastante diversificado, resultante da flexibilização dos gestores em relação ao que os produtores locais já produziam, mas também, da compreensão, por parte dos

próprios agricultores familiares, no sentido de realizarem as necessárias adequações em seus produtos visando à aquisição e o consumo desses gêneros pelas crianças da rede pública de ensino. Exemplos emblemáticos do que estamos tratando, no primeiro caso, é a presença do suco de uva integral, de açúcar mascavo e de linguicinha toscana nos cardápios (ver quadro 1). De outra parte, a produção de aipim descascado, pão de cachorro quente e “massa alfabetada” demonstram a adaptação dos agricultores familiares à demanda das escolas.

Quadro 1. Relação dos produtos adquiridos da agricultura familiar pelo PNAE em Erechim, em 2012.

Gêneros	Itens
Hortaliças	cebola; alface; tempero verde;
Agroindustrializados	suco de tangerina; suco de laranja; suco de pêsego; suco de uva integral; doce de frutas caseiro; açúcar mascavo; massa caseira; massa alfabetada; massa conchinha; aipim descascado
Cárneos	carne bovina; guisado; pernil suíno; músculo bovino; linguicinha toscana; ovos vermelhos;
Cereais	arroz branco; feijão preto;
Panificados	cuca caseira; bolacha caseira de milho; bolacha caseira de trigo; bolo de cenoura; pão de cachorro quente; bolo de chocolate; bolo de laranja; bolo de fubá; pão de forma caseiro; esfiha de frango; esfiha de carne; esfiha de vegetais e ricota;
Lácteos	leite integral pasteurizado; bebida láctea; doce de leite; leite em pó; queijo prato fatiado;

Fonte: Pesquisa de Campo (2012).

No quadro 1 apresenta-se uma sistematização dos alimentos adquiridos da agricultura familiar em 2012. Destacamos que foram comprados 41 itens¹, sobretudo produtos da agroindústria familiar. Conforme averiguamos, os imigrantes europeus que colonizaram o município foram os principais responsáveis por manter a tradição de processamento artesanal em suas unidades produtivas, sendo que a partir de uma lógica de fomento a essas iniciativas e a inserção desses produtos na alimentação escolar, esses agricultores estabelecem novos projetos de vida para o núcleo familiar.

Nesse processo de compra de produtos da agricultura familiar, verificou-se uma resistência inicial, tanto pelos alunos, mas principalmente por parte dos responsáveis pela elaboração da merenda. A estratégia adotada para qualificar os atores foi oferecer capacitações, abordando as boas práticas, que primam pela valorização das pessoas diretamente envolvidas no preparo e na manipulação. Buscou-se, desta forma, associar a qualidade dos produtos com a qualificação dos processos que permeiam a operação dos mercados institucionais, como é o caso do PNAE. É um processo dinâmico e de constante aprendizagem, tal como revela o depoimento abaixo transcrito:

¹ O número de produtos constante no quadro não coincide com a quantidade total, pois alguns gêneros possuem variações. A carne bovina, por exemplo, é classificada em três cortes: paleta, agulha, coxão. Assim, somando-se todas estas variações chega-se aos 41 itens.

Eles (alunos) também notaram gosto diferente, é uma luta constante por produtos de qualidade, mas do que adianta se não tem aceitabilidade. Na verdade houve mudanças né, na manipulação e do jeito que se prepara. E a formação de merendeiras a atual secretaria esta mais atenta a essa questão, que tem que ter formação constante de como preparar. (E12, Erechim, outubro de 2012).

Esse processo nos parece bastante elucidativo do ponto de vista da identificação de estratégias que devem ser adotadas durante o processo de implementação das inovações incorporadas ao PNAE. Assim sendo, verificamos a necessidade e a importância de explorar a dimensão pedagógica atinente a esse instrumento de política pública para alcançar resultados mais amplos junto à comunidade escolar no sentido de efetivamente contribuir para uma educação alimentar e cidadã entre os atores implicados.

4. CONCLUSÕES

Verificamos em nosso estudo que o papel proativo desempenhado pelos gestores locais no que afeta a explorar as potencialidades locais, assim como dos agricultores familiares, que entenderam a necessidade de realizarem adaptações em seus processos produtivos visando atender as especificidades da alimentação escolar. São estes os principais fatores que explicam o êxito do PNAE no município. Em síntese, as estratégias utilizadas pelos atores sociais envolvidos poderiam ser sistematizadas em três aspectos, a saber: organização, flexibilização e adaptação, conformando um importante processo de inovação social que se tornou referência no Estado do Rio Grande do Sul.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTEMBURG, S. G. N.; CALDAS, N. V.; BECKER, C.; CRUZ, J. G. Interfaces entre alimentação saudável, segurança alimentar e políticas públicas: representações sociais dos agricultores ecologistas inseridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar no extremo sul gaúcho. In: **VI CONGRESSO SIAL**. Florianópolis. Anais do VI Congresso SIAL. 2013. p.1-26.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 279 p.

BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEIS, B. O programa nacional de alimentação escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. In: **XLII CONGRESSO DA SOBER**, Cuiabá, 2004, p.1-12.

TURPIN, M. E. A Alimentação Escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.16(2), p. 20-42, 2009.